



A palavra mágica na hora de ver como pagar a conta

Dionísio Dias Carneiro

DESDE pelo menos os dias imediatamente anteriores à edição do último *pacote*, uma palavra vem dominando as discussões sobre política econômica no país: desindexação. Foi no mínimo curioso assistir-se, pela televisão, uma coleção impressionante de líderes empresariais, políticos, e tantos quantos tivessem opinião digna de ser ouvida e transmitida em rede nacional, manifestarem-se a favor de uma coisa que alguns pronunciavam com dificuldade — o que denunciava a falta de familiaridade com o termo. No entanto, todos eram peremptórios em suas opiniões: é preciso desindexar a economia, sem o que estaremos todos perdidos.

Do que se trata, afinal? Mestre Aurélio, apesar de tão atento à criatividade com que os termos técnicos são introduzidos no português cotidiano, não chegou a registrar esta acepção da palavra “indexação”, de repente tão difundida entre nós. Chegamos ao ponto em que o debate mais acalorado sobre os rumos da política econômica se faz em termos que a maioria esmagadora da população, mesmo a maioria dos que assistem TV em cadeia nacional, fica perplexa diante da avalanche de opiniões sisudas sobre a “inevitabilidade de desindexar” ou das advertências cuidadosas de que “é importante saber por onde começar a desindexar”.

Afinal de contas do que estamos falando? Se é preciso desindexar a qualquer custo, senão o país explode, quem indexou? E porque terá feito isto? Como e quando foi que indexaram a economia brasileira e ninguém foi para a televisão e discutir tão acaloradamente sobre a conveniência de tal medida? Ou será que “indexação” é algum processo espontâneo que se desenvolveu na economia brasileira, tal qual uma afecção desconhecida, e, de repente, chegamos a conclusão de que “é preciso desinflamar”, e a ninguém ocorreria perguntar quem, afinal, inflamou?

Em primeiro lugar, uma palavra em favor de Mestre Aurélio. Certamente, ninguém usava, até pouco tempo, este termo, mesmo entre economistas, no Brasil, por uma razão muito simples: tínhamos um termo melhor e muito bem cunhado, em nossa linguagem cotidiana, para indexação — chamava-se “correção monetária”.

Como quase todos sabem, trata-se de promover a correção periódica do valor nominal de certos ativos, de dívidas, ou de salários, corroidos pela desvalorização do valor da moeda entre dois pontos de tempo, para que as pessoas possam distinguir mais facilmente entre meras redefinições de valores, causadas pela existência de inflação, das valorizações ou correções “reais”, isto é, acima da taxa de inflação.

A generalização da correção monetária tem sido de tal ordem na economia brasileira, que foi apontada por autoridades locais e por observadores estrangeiros como a fórmula mágica que permitiu o Brasil desfrutar de uma década de propriedade, apesar de conviver com uma inflação endêmica, sem que se sofresse os efeitos desorganizadores que a inflação costuma infligir sobre as economias inflacionárias.

Protegeu-se, graças à idéia de correção monetária, a atividade poupadora, por permitir a distinção entre ganhos reais e nominais; protegeu-se as empresas contra a taxa de resultados ilusórios; protegeu-se os trabalhadores contra a ilusão monetária; criam-se condições para contratos a longo prazo, de capital importância para o processo de crescimento econômico; protegeu-se até mesmo o Governo contra a perda do valor real de seus créditos junto aos que sonham impostos, e assim por diante.

Claro está que, com tantas vantagens, não se admira que, ao se criar o instituto da correção monetária, não tenha havido celeuma e que, ao se generalizar progressivamente seu uso nos últimos 18 anos, em aluguéis, cobranças judiciais, contratos de compra e venda de imóveis etc., não tenha havido protesto indignado. Duas perguntas se fazem naturais: em primeiro lugar, por que se discutem modificações no cálculo dos índices de correção monetária? Em segundo lugar, por que agora surge outro termo para se referir à correção monetária, quando se discute uma modificação de seu cálculo.

A resposta à primeira pergunta é que, ao contrário do que alguns economistas pensavam

há anos atrás, se a generalização das práticas de correção monetária permite uma convivência mais tolerável do funcionamento normal de uma economia com taxas de inflação mesmo elevadas, ela cria obstáculos à redução dessas taxas. A medida que se generalizam as práticas de correção monetária, todos desejam ter seus rendimentos correntes ou seus créditos reajustados *pelo menos* pela inflação passada, o que acirra os ânimos quanto às perdas reais que devem ser incorridas quando se deseja baixar a taxa de inflação.

Em outras palavras, uma vez que a correção monetária permite maior *visibilidade* às perdas e ganhos reais, torna mais resistentes os perdedores quando se trata de imprimir “austeridade”, invocando comparações conflituosas entre as perdas e ganhos das diferentes categorias de rendimentos.

Evidenciando o aspecto mais contundente da política antiinflacionária, o de decidir quem serão os maiores perdedores, põe limites óbvios à capacidade de enganar muitos por muito tempo. Desta forma, alonga o próprio tempo necessário à queda da taxa de inflação quando se tomam medidas antiinflacionárias, e aumenta a probabilidade de que os conflitos fatalmente emergentes impeçam o próprio prosseguimento da política.

Descobertas as dificuldades de se promover um controle do processo inflacionário por métodos ortodoxos em um ambiente com correção monetária generalizada, trata-se naturalmente de diminuir a universalidade de sua aplicação. A lei salarial vigente é um bom exemplo disso: restringe a aplicação da correção monetária às categorias salariais que recebem até sete salários mínimos, corrigindo os demais salários abaixo da inflação passada; na linguagem de hoje, os demais já estão “desindexados”.

Os funcionários públicos constituem exemplo da categoria já há muito tempo “desindexadas”, se é que já foram “indexados” alguma vez. Os aluguéis, cujo reajuste obrigatório hoje é restrito a 90% da variação passada do INPC, também já estão parcialmente desindexados, assim como os débitos dos agricultores junto ao sistema oficial de crédito agrícola, as dívidas das pequenas e médias empresas etc. Assim, vemos que, na realidade a “desindexação” já começou faz tempo, e nem por isso a taxa de inflação caiu.

Desde que a promoção deliberada de uma “desindexação” impõe perdas de rendimentos ou de patrimônio às vítimas das limitações à aplicação da correção monetária, torna-se necessário enfatizar que, sem medidas que efetivamente contribuam para a queda da taxa de inflação, estamos impondo sacrifícios sem nenhuma compensação, estamos acirrando os conflitos sociais sem que haja esperança de melhoria na inflação.

AO tentar promover um reajuste brutal de preços relativos na economia (do qual a tentativa de promover uma desvalorização *real* de 30% no ano corrente é apenas um exemplo), sem tomar medidas compensatórias dentro de um horizonte previsível, o Governo está inviabilizando não só orçamentos de empresas (inclusive de suas próprias empresas), mas também orçamentos domésticos, e contribuindo para uma desorganização cada vez maior do sistema econômico — e isso gera mais inflação.

A cada novo “pacote de medidas”, ao invés de novas esperanças, geram-se maiores temores de maior desorganização social, e negras expectativas quanto ao próximo pacote, aumentando a incerteza empresarial, o que mina a confiança necessária a quem investe — e isso gera mais recessão.

Ao gerar mais recessão, o Governo dificulta o reajuste na capacidade produtiva, sem o qual não há saída para a crise externa, e, o que é ainda mais trágico, desgasta sua credibilidade e, portanto, sua capacidade de influir positivamente sobre a tomada de decisões dos diversos agentes econômicos, sem a qual não há política econômica que surta efeito.

Isto nos leva à segunda pergunta: por que se usa, no atual episódio, um termo novo, para a maioria, mesmo (como é notório), para os que são mobilizados para defender as medidas?

A razão aparente é simples, e está relacio-

nada com a própria raiz do termo utilizado em inglês para a nossa correção monetária (*indexation*), de cuja tradução literal deriva-se “indexação” e seu antônimo “desindexação”, de recente popularização. Para a medida da correção monetária torna-se necessária a adoção de algum índice de preços, que sirva de medida para a inflação transcorrida; o grau de correção monetária será tanto maior quanto mais adequado for o índice em questão para o uso específico da correção.

Como nem todos os preços se elevam na mesma proporção, nem com a mesma periodicidade — caso contrário a inflação seria neutra, inútil como processo de ajuste e, por sinal, fácil de se extinguir — reajustam-se salários com base em índices de preços ao consumidor; taxas de câmbio com base em custos de produtos transacionados com o exterior; ativos financeiros com base em medidas mais gerais de preços; e assim por diante. A preocupação do momento, assim, não parece ser com o instituto da correção monetária, mas com a composição dos índices que a definem.

Ao invés de se manifestarem claramente sobre este difícil problema, é no mínimo curioso assistir-se ao desfile de empresários nos meios de comunicação a se manifestarem a favor da “desindexação” da economia; será que defendem o retorno à incidência do imposto de renda sobre os lucros ilusórios? O fim da correção monetária nos depósitos de poupança ou nos títulos públicos indexados? O congelamento nominal dos aluguéis?

CERTAMENTE o problema não é este. Então, por que não discutir claramente o que desejam — o expurgo de alguns aumentos de preços de alguns índices que servem de base para correções monetárias? É necessário ou desejável tal medida? Certamente o que é necessário é permitir-se alguma movimentação de preços relativos, o que significa que alguns preços deverão subir mais do que outros e, para que isso ocorra sem que assistamos a mais uma aceleração do processo inflacionário, é preciso que alguns itens de custos sejam contidos durante o processo de ajuste. A diferenciação das diversas “correções monetárias” deve obedecer, entretanto, a critérios lógicos e claros, que permitam sua compreensão pelo menos pelos mais atingidos.

Uma vez colocada a questão em termos claros, certamente desfar-se-á a aparência de unanimidade de opiniões, pois a questão não é trivial: trata-se de esclarecer que setores da sociedade serão escolhidos para sofrer as perdas devidas à desconsideração dos aumentos de preços nos índices que definem a correção monetária que lhes interessa. Esta questão é complexa porque envolve, mais uma vez, a distribuição de perdas.

Para isso, torna-se necessária a explicitação das regras dos objetivos a que se destinam e, sempre que possível, da enunciação de uma estratégia; de um plano de jogo com duração clara e que permita avaliação de resultados. Em uma primeira etapa, é desejável recuperar-se pelo menos a estabilidade da taxa de inflação nos patamares atingidos nos últimos três anos. Uma vez conseguido isto, restaura-se a credibilidade do Governo para o anúncio das novas etapas visando à redução progressiva da taxa de inflação, o que exige novas negociações para um comportamento cooperativo em torno de objetivos factíveis e visíveis para os parceiros do jogo econômico.

Colocada a questão nos termos genéricos em que está posta, enquanto a maioria da população informada procurava inutilmente nos dicionários a explicação para termos que lá não se encontram, decidem-se as questões substantivas de distribuição de sacrifícios a portas fechadas, e sujeita-se o Governo à suspeição generalizada de que se arquiteta mais uma vez um passe de mágica que encubra intenções nefastas de impor aos assalariados, mais uma vez, o ônus da correção de equívocos sucessivos de política econômica, estes sim, os responsáveis pelo agravamento da inflação.